

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E
COMUNICAÇÃO

ATAÍDE FRANÇA

**Meninos e meninas em situação de rua e a cultura de
sobrevivência na região central de São Paulo**

**São Paulo
2019**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E
COMUNICAÇÃO

Meninas e meninos em situação de rua e a cultura de sobrevivência de meninas e meninos na região central de São Paulo

Ataíde França

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais.

Orientador: Professor Dr. Dennis Oliveira

São Paulo

2019

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai OXALÁ, meus guias Xangô e Iansã.

À minha mãe Joselita França, por não ter desistido de mim, nunca, apesar de tudo.

Ao meu companheiro Claudio Bezerra, pela parceria, amor e paciência durante todo esse processo.

Ao meu grande amigo Everaldo Oliveira, meu ídolo.

Ao Professor Dennis Oliveira, pela atenção e dedicação.

Às professoras e professores deste curso.

À equipe do CELACC, Maíra e João.

À minha turma do CELACC pela parceria, cumplicidade e afeto.

À equipe da Associação das Meninas e Meninos da Região Sé, pela acolhida e parceria.

À equipe do Projeto Fundação Travessia, por ter me permitido participar de suas atividades e, assim, desenvolver melhor este trabalho.

Se vira menino, que a vida é à vera
É a prova dos nove, é um jogo de cão
Se vira menino, você ta sozinho
E todo mato é espinho
Pro teu destino ladrão
Precisa do pai, precisa do filho, precisa do espírito santo
O espírito santo
Da virgem Maria, da tia, da vizinha
Ou então de quem pariu esse país
Dos braços abertos, do céu de anil
Me diga quem te pariu?
(Daniela Mercury)

MENINAS E MENINOS EM SITUAÇÃO DE RUA E A CULTURA DE SOBREVIVÊNCIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO PAULO¹

ATAÍDE FRANÇA²

Resumo: Na primeira parte deste trabalho, desenvolvemos uma breve reflexão acerca de fatores históricos que classificamos como responsáveis pelo surgimento deste grupo social: meninas e meninos em situação de rua (aqui, especificamente, os que vivem na região central da capital do Estado de São Paulo). Fazemos uma análise de como a política segregadora, racista e violenta implantada no Brasil desde o período colonial fomentou o não desenvolvimento social e econômico de homens e mulheres, de ampla maioria negra, arrancados de suas terras na África e aqui escravizados por quase quatrocentos anos, desprovidos de qualquer política que lhes proporcionasse minimamente a cidadania, o direito à terra, a educação. Em seguida, um questionamento. Por que o centro? Analisamos as possibilidades de sobrevivência na área central da capital de São Paulo e os fatores que colaboram para esse êxodo, uma vez que a periferia já conta com uma gama de serviços e um fluxo de pessoas, ambos bem relevantes. As relações entre as instituições de Direitos Humanos de crianças e adolescentes também foram aqui brevemente analisadas. Para tanto, visitamos essas instituições para entender como se dá a relação entre elas e as meninas e meninos em situação de rua, na área administrada politicamente pela Subprefeitura da Sé. Durante as visitas, realizamos uma conversa para saber um pouco de cada organização e participamos de atividades que nos proporcionaram um bom diálogo com alguns adolescentes. Aqueles com quem conseguimos contato relataram um pouco das suas histórias de vida na família e na rua. Por fim, refletimos sobre o preço dessa liberdade e sobre os encantos e desencantos da vida na rua. A violência urbana, que conversa diretamente com a família e que deixa sequelas tão fortes quanto as deixadas pelo processo histórico, ainda insiste em afirmar o que diz a música de Seu Jorge, Marcelo Yuka e Wilson Capelette (1998): “a carne mais barata do mercado é a carne negra.”

Palavras-chave: Meninas, Meninos, Rualização, Colonização, Infância, Violação, Família, Estado.

Abstract: In the first part of this work, we developed a brief reflection on historical factors that we classify as responsible for the emergence of this social group: girls and boys in street situation (here, specifically, those who live in the central region Sao Paulo's state Capital). We do an analysis of how the segregating, racist and violent politics implanted in Brazil since the colonial period fostered a negative social and economic development of men and women, of vast black majority, uprooted from their lands in Africa and here enslaved for almost 400 years, devoid of any policy that would provide them with minimal citizenship, the right to land, education. Following, a questioning. Why the center? We analyze the possibilities of survival in the central area of the capital of São Paulo and the factors that contribute to this exodus, since the periphery already has a range of services and a flow of people, both very

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais.

² Pós-graduando em Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais.

relevant. The relations between the Human Rights institutions of children and adolescents were also briefly analyzed here. To this end, we visited these institutions to understand how is the relationship between these organizations and the girls and boys in street situation, in the area politically administered by the Sé Subprefecture. During the visits, we held a dialogue to know a little about each organization and participated in activities that provided us with a good dialogue with some teenagers. Those with whom we were able to get in touch reported some of their life stories in the family and on the street. Finally, we reflect on the price of this freedom and the charms and disenchantments of life on the street. Urban violence, which speaks directly to family violence and who leaves sequelae as strong as those left by the historical process, still insists on stating what the music of Seu Jorge, Marcelo Yuka and Wilson Capelette (1998) says: "The cheapest meat in the market is the black meat".

Keywords: Girls and boys. Streetization. Colonization. Childhood. Violation of rights. Street situation. State. Family. Citizenship. Street.

Resumen: En la primera parte de este trabajo, desarrollamos una breve reflexión acerca de factores históricos que clasificamos como responsables por el surgimiento de este grupo social: niñas y niños en situación de calle (aquí, específicamente, los que viven en la región central de la capital del Estado de São Paulo). Hacemos un análisis de cómo la política segregadora, racista y violenta implantada en Brasil desde el período colonial fomentó el no desarrollo social y económico de hombres y mujeres, de amplia mayoría negra, arrancados de sus tierras en África y aquí esclavizados por casi cuatrocientos años, desprovistos de cualquier política que les proporcionara mínimamente la ciudadanía, el derecho a la tierra, la educación. A continuación, un cuestionamiento. ¿Por qué el centro? Analizamos las posibilidades de supervivencia en el área central de la capital de São Paulo y los factores que colaboran para ese éxodo, ya que la periferia ya cuenta con una gama de servicios y un flujo de personas, ambos bien relevantes. Las relaciones entre las instituciones de Derechos Humanos de niños y adolescentes también serán aquí brevemente analizadas. Para ello, visitamos esas instituciones para entender cómo ocurre la relación entre esas organizaciones y las niñas y niños en situación de calle, en el área administrada políticamente por la Subprefectura de la Sé. Durante las visitas, realizamos una conversación para saber un poco de cada organización y participamos de actividades que nos proporcionaron un buen diálogo con algunos adolescentes. Aquellos con quienes conseguimos contacto relataron un poco de sus historias de vida en la familia y en la calle. Por fin, reflexionamos sobre el precio de esa libertad y sobre los encantos y desencantos de la vida en la calle. La violencia urbana, que habla directamente con la familia y que deja secuelas tan fuertes como las dejadas por el proceso histórico, todavía insiste en afirmar lo que dice la canción de Seu Jorge, Marcelo Yuka y Wilson Capelette (1998): "La carne más barata del mercado es la carne negra".

Palabras clave: Niñas y niños. Callejización. Colonización. Infancia. Violación de derechos. Situación de calle. Estado. Familia. Ciudadanía. Calle.

1. INTRODUÇÃO

Falar de meninas e meninos em situação de rua é como fazer um relato pessoal. Sou filho de mãe preta e pai branco. No meu registro de nascimento não consta o nome dele, apesar de termos convivido durante toda a minha infância. Cresci vendo meus irmãos paternos carregados de privilégios, que eu não tinha. Ouvia a todo tempo que eles eram melhores que eu, que meu cabelo era ruim, que minha mãe era vadia. Só não fui morar na rua porque a minha casa era na rua, sim, na praça do distrito de São Bento do Inhatá, no Recôncavo Baiano. Minha mãe, com muito trabalho, manteve-me na escola. Ali, em período de ditadura militar, na década de 1970, aprendi acima de tudo o que era ser filho de mãe solteira. Os professores tratavam de forma diferenciada aqueles que eram oriundos de família tradicional. Não era o meu caso.

Enfim sobrevivi. Hoje atuo como educador e posso afirmar que me liberei das amarras, mas as sequelas da infância estão aqui. E servem para fomentar a minha luta pela garantia de Direitos Humanos, principalmente de crianças e adolescentes, ao observar que nem todos tiveram a minha sorte, e olha que não tive muita. Infelizmente há pessoas que vivem em situação pior do que a que vivi..

Convidamos profissionais das diversas áreas, principalmente professores, a lerem este artigo e, assim, permitirem-se um olhar para a nossa história e enxergarem o menino do presente lá no passado, mais precisamente em 1500, ano em que começa a colonização do Brasil. Pretendemos, dessa forma, acabar ou ao menos minimizar o ódio e a ignorância em torno da menina e do menino em situação de rua.

O presente trabalho adentra questões relacionadas à cultura desenvolvida por crianças e adolescentes, que por vários motivos deixam suas famílias biológicas, seus territórios de origem e instituições para viver em situação de risco e vulnerabilidade extrema nas ruas; aqui, mais especificamente, na região central da cidade de São Paulo. São crianças e adolescentes vítimas da metodologia racista e seletista adotada pelo Estado brasileiro desde o início da sua formação. Convidamos todas e todos através deste trabalho a permitir-se uma reflexão acerca do tema, bem como do sujeito aqui abordado.

Segundo Medeiros (1998), esse público é formado por crianças e adolescentes advindos de um meio social onde a pobreza e a miséria são marcantes. Eles passam a receber, em função disso, denominações pejorativas e degradantes que as discriminam e marginalizam.

São chamados de menores carentes, de rua, abandonados, vadios, delinquentes, trombadinhas, entre outras tantas palavras com que os rotulam de acordo com atributos inerentes ao meio em que vivem e decorrentes de situação de miséria e abandono, ignorando-se o fato de que antes de tudo são crianças e adolescentes como outros quaisquer. (p. 12).

Deve-se entender que a criança e o adolescente nas condições aqui abordadas precisam receber um olhar mais afetuoso, humano e compreensivo, uma vez que já nascem em um contexto que não favorece o desenvolvimento cognitivo e social adequados, e que as sequelas de uma infância e principalmente de uma adolescência cercada de violações produzirão um adulto infeliz.

De acordo com Graciani (1997), a problemática das crianças de rua tem sua gênese na estrutura social e nos mecanismos do sistema social, econômico e político do Brasil. A autora compreende esse grupo como um conjunto oprimido e relegado pelo sistema social, e não como marginais sociais, e considera que a classificação “de” e “na” rua expressa uma categoria social que tem a rua como um território de vida e de trabalho como resultado de um processo social de dominação, exploração e exclusão.

Portanto, para entender a problemática aqui exposta, precisamos revisitar a formação territorial e social do Brasil, para, por fim, compreender a origem, as características físicas e o comportamento desse grupo, tão combatido e pouco compreendido.

1.1 Metodologia

A metodologia utilizada para desenvolver este trabalho foi baseada na leitura de textos e debates em sala de aula e em bibliografias indicadas pelo meu orientador. Entre os autores trabalhados em sala, utilizei o livro *A Dialética Radical do Brasil Negro*, de Clóvis Moura (2014). Além de me nortear para um ponto de vista crítico acerca das questões que envolvem o racismo estrutural, utilizo o autor para entender aspectos importantes da questão da terra no Brasil, mais especificamente a Lei de Terras, de 1850, muito bem esclarecida por Clóvis Moura. *História Geral e do Brasil*, obra de Gilberto Cotrim (2008), colaborou para explicar como aconteceu a distribuição de terras no Brasil do século XVII, explicitando a maneira brutal com que o Estado brasileiro privilegiava um grupo que demograficamente era minoria. Para trabalhar de maneira mais específica o problema do menino e da menina em situação de rua, trabalhei com o livro da autora Maria Stela Santos Graciani, *Pedagogia Social de Rua:*

análise e sistematização de uma experiência vivida. Nessa obra, Graciani (1997) desenvolve uma análise extraordinária sobre o sujeito aqui pesquisado e colabora com o conceito de “rualização”, que consiste na saída de meninas e meninos de seus lares e territórios para viver nas ruas do centro de São Paulo. *Olhando a lua pelo mundo da rua: representações sociais da experiência de vida de meninos em situação de rua*, tese de doutorado do autor Marcelo Medeiros, de 1998, indicada pelo professor Dennis Oliveira. Nesse trabalho, Medeiros (1998) colabora com uma linguagem de fácil leitura e percepção acerca do tema e demonstra quanto o profissional de saúde pode fazer a diferença na sociedade. *Filosofia da Educação*, da socióloga Maria Lúcia Arruda Aranha (2006), colaborou de forma significativa sobre o conceito de Cultura entre outras contribuições.

Outra metodologia utilizada foi a nossa presença em duas instituições que trabalham com meninas e meninos em situação de rua na região central de São Paulo. A Associação de Apoio às Meninas e Meninos da Região Sé/CEDECA Sé e a Fundação Projeto Travessia. Com ambas as instituições, participamos de trabalho de campo nas ruas do centro e realizamos entrevistas em suas instalações, onde pude observar suas metodologias, estratégias e, ao mesmo tempo, conversar e conhecer um pouco da história de vida de cada menina e de cada menino. Os encontros ocorreram nos meses de setembro e outubro de 2018.

2. QUEM SÃO O MENINO E A MENINA EM SITUAÇÃO DE RUA?

A menina e o menino em situação de rua classificados pejorativamente como trombadinhas, noias, mendigos, entre outros adjetivos, podem ser definidos como um grupo social que é reflexo da maneira pela qual o Estado optou em desenvolver sua política econômica e principalmente social. É um fenômeno que justifica de forma explícita a relação que o Brasil sempre teve com grupos de pessoas por ele excluídas e desprovidas de qualquer reconhecimento quanto à sua cidadania.

Segundo Graciani (1997), se analisarmos a ordem econômica mundial, constata-se uma divisão marcante entre uma relativamente pequena faixa populacional rica, ou com acesso a muitos benefícios sociais e tecnológicos, e a maior parte da população mundial, que vive na miséria ou à beira dela, sem direitos ou participação nos benefícios sociais. A partir dessa observação, pode-se afirmar que a problemática das crianças de rua está inserida nessa divisão.

Ao observarmos como se deu a formação territorial do Brasil, bem como os primeiros passos da sua economia (desde a exploração de pau-brasil até o processo de industrialização do país, passando pela produção de cana-de-açúcar, pelas grandes monoculturas e pela mineração), não será difícil identificar quem são os meninos e as meninas que vivem em situação de rua no Brasil contemporâneo – inclusive, é claro, as crianças estudadas neste trabalho, que (sobre)vivem na região central da maior cidade da América Latina, São Paulo.

Estamos falando de crianças e adolescentes descendentes de africanos escravizados, por quase quatrocentos anos, que não foram beneficiados pelo sistema de capitânicas hereditárias, por exemplo, que já em 1534 dividiu o território brasileiro em gigantescas porções de terras, entregando-as a uma minoria não negra nem indígena. Ou por qualquer política de inclusão. Esta divisão territorial feita pelo governo português pode ser compreendida como um dos fatores que vai refletir seriamente na vida de homens e mulheres africanos que seriam trazidos para o Brasil ainda no século XVI, na condição de escravos. Essas imensas porções de terras entregues a homens, amigos ou bem vistos pela Coroa Portuguesa que vão gozar de privilégios consideráveis, desde a moradia até a exploração comercial de seus imensos territórios.

É a partir dessa divisão territorial que surgem os primeiros núcleos produtores – de cana-de-açúcar, algodão entre outros produtos, que vão enriquecer uma camada pequena da população colonial e a própria Coroa Portuguesa, deixando seus herdeiros em condições favoráveis em relação à outra parte da população, uma vez que as terras passavam de pai para filho. Essas medidas adotadas pelo Estado brasileiro acabam por fomentar uma série de privilégios, principalmente no que tange a moradia, mas também em relação às condições gerais de vida das pessoas excluídas. Essa postura do Estado brasileiro vai se perpetuar com a mesma intensidade que os privilégios recebidos pelo grupo minoritário, herdeiro daquilo que não comprou.

Assim, em 1534, o rei D. João III ordenou a divisão do território brasileiro em grandes porções de terra. (15 capitânicas ou donatárias) a as entregou a pessoas que se habilitaram a explorá-las. (COTRIM, 2002: p. 201).

Ainda segundo Cotrim (2002), quando nomeado pelo rei o donatário era autoridade máxima dentro da capitania. Com sua morte, a administração passava para seus descendentes. Por esse motivo, as terras eram chamadas de capitânicas hereditárias. Assim nascia um Estado no qual a questão da moradia e da renda foi tratada de forma excludente desde o início da sua formação territorial e econômica. Uma minoria não negra já era proprietária de parte

significativa das terras deste país continente e, conseqüentemente, possuía possibilidades reais de uma vida bem promissora que os renegados privilegiados por aquela política.

No século XVIII, a população negra já era a maioria no Brasil. Segundo Arno Wehling e Maria José C. de Wehling (1994, *apud* MEDEIROS, 1998), em 1798 a população brasileira era de aproximadamente 3.250.000 pessoas, sendo 1.600.000 negros, 1.000.000 brancos, 650.000 índios e mestiços. Portanto a maioria da população do Brasil já era excluída de políticas públicas, principalmente habitacionais. E o colonizador continuaria portando-se dessa forma.

Diante de um cenário favorável à abolição da escravatura, preocupados com o desfecho daquele movimento, os grandes latifundiários tratavam de prevenir-se contra qualquer possibilidade de benefício à maioria da população do Brasil. Juntamente com a Coroa Portuguesa criaram uma lei que, assim como a das capitâneas hereditárias, constituía um modo de excluir a maioria da população do Brasil do direito à terra e, conseqüentemente, à moradia. Clóvis Moura (2014) denomina esse momento de *mecanismo regulador e controlador*, montado para preservar os interesses dos senhores fundiários diante da possibilidade de abolição da escravatura e da integração de ex-escravos (que ele denomina egressos das senzalas) na sociedade via doação de terras por parte do Estado.

Quando acima mencionamos o Estado como grande violador e parceiro dos latifundiários, basta analisarmos uma lei criada em 1850, denominada Lei da Terra:

Em face a esta problemática, surge, em 1850, a chamada Lei da Terra, ou seja, a lei nº 601, pela qual o Estado abria mão do seu direito de doar e colocava as terras no mercado para venda a quem dispusesse de dinheiro para adquiri-las. (MOURA. 2014, p. 108).

Mas quem poderia adquirir terras? Quem tinha posses, dinheiro ou no mínimo uma boa avaliação diante do rei, status social, qualidades pessoais. Certamente não seriam negros escravizados. E assim como os privilégios da minoria não negra, o descaso, a violência, o racismo passaram de geração para geração e deixaram metástases sociais que a elite branca insiste em negar – ou simplesmente trata como melindre por parte dos que foram vitimados.

Este breve resgate histórico é justamente para responder a uma das perguntas deste trabalho. De onde vem o menino e a menina em situação de rua? Em sua esmagadora maioria, são descendentes da população que vivia nas senzalas em condições insalubres e sob requintes de crueldade, dos quilombos invadidos e destruídos, do falso fim da escravidão, da

miscigenação forçada, dos cafezais, dos canaviais, das minas de ouro e diamantes. São essas pessoas que, por sua vez, deram origem aos grupos fundadores de favelas nas principais cidades do Brasil. Eis a origem de um povo que luta para sobreviver diante da violência imposta pelo Estado, alimentada pelo capitalismo, que exclui, segrega e mata.

Os anos passam e eles estão ali, resistindo, lutando pela sobrevivência, lutando contra a invisibilidade, ocupando espaços públicos (que o Estado brasileiro insiste em afirmar que não são o lugar deles) e desenvolvendo uma nova quilombagem, agora urbana. Estão ali não apenas para trabalhar, mas também para morar, pedir, mendigar, brincar e fugir das violações sofridas por suas famílias que condicionalmente reproduzem as violações do senhor de escravos nas comunidades de origem.

Meninas e meninos que são obrigados a desenvolver novas culturas de sobrevivência. Ir para a rua, sair de casa, *rualizar*. Segundo Graciani (1997), “rualização” é consequência de um sistema econômico fundado na injustiça que produz a marginalidade, a pobreza, o povo da rua das cidades e o trabalhador sem terra dos campos. É o sistema capitalista predatório que cria lixões nas periferias das grandes cidades, onde se amontoam urubus, animais e seres humanos disputando as mesmas sobras do luxo das elites. É o sistema que divide o trabalho entre trabalhadores explorados e não trabalhadores, é o sistema que não deixa tempo para as mães trabalhadoras educarem suas crianças, muitas vezes deixadas acorrentadas em casa durante várias horas por medo de que sejam agredidas na rua .

Com base no conceito de Gracianni, a rualização pode ser compreendida como uma cultura de sobrevivência de meninas e meninos em situação de rua e na rua, seja para morar, trabalhar, pedir ou apenas para o lazer. É uma consequência do fato de políticas públicas geralmente não alcançarem seus territórios de origem.

Portanto, a problemática dos meninos de rua tem sua gênese na estruturação social e nos mecanismos do sistema social, econômico e político do Brasil. A autora aponta que pairam sobre esse grupo social estereótipos marginalizadores, que colocam meninas e meninos na condição de responsáveis por seu status de pobreza e violência, deixando ele, o Estado, isento de qualquer culpa.

Medeiros (1998) utiliza uma classificação proposta por Lusk, Rizzini e Rizzini (1992) que apresenta quatro categorias de crianças e adolescentes que permaneciam nas ruas da cidade do Rio de Janeiro:

- A. Crianças que trabalham nas ruas, mantidos os vínculos familiares. Apesar de estarem nas ruas pelas necessidades de trabalho, mantêm vínculos com a família.
- B. Crianças que trabalham nas ruas de forma independente. Tem início o rompimento dos laços familiares, começam a desenvolver valores ligados à “cultura da rua” e a exercer atividades ilícitas.
- C. Crianças de rua. São aquelas que já não possuem contato com a família e residem de forma mais permanente nas ruas. O envolvimento com as drogas, atividades ilícitas e reclusão já fazem parte do seu cotidiano.
- D. Crianças com famílias nas ruas. São aquelas que vivem ou passam o dia nas ruas, geralmente ao redor da figura da mãe.

Portanto, a realização conceituada por Gracianni (1997) é, na maioria das vezes, a única alternativa de sobrevivência, uma forma encontrada por essa camada da população historicamente desprovida de políticas públicas que lhes proporcionem outra realidade. Podemos entender que essa realização definida por Gracianni (1997) dialoga com o conceito de cultura proposto por Aranha (2006). No sentido amplo, antropológico, cultura é tudo que o ser humano produz para construir sua existência e atender as suas necessidades e desejos.

A “realização”, essa cultura de sobrevivência que vai causar danos gravíssimos à vida dessas crianças é decorrente de fatores históricos, já citados aqui, que se perpetuam com o avanço das tecnologias dos meios de produção, as quais visam apenas o acúmulo de capital, e com o processo de globalização da economia, que cada vez mais aumenta a disparidade entre ricos e pobres. Segundo Medeiros (1998), a pobreza e a indigência, em princípio originadas por medidas econômicas recessivas, desemprego e desaceleração das atividades produtivas, demonstram claramente que os ajustes estruturais e a globalização da economia não estão sendo capazes de propiciar melhoria nas condições de vida para uma grande parcela da população. Uma das consequências mais graves dessa situação de miséria é a presença de centenas de milhares de crianças e adolescentes nas ruas das cidades em busca de opções de sustento próprio e de seus familiares.

Buscaremos aqui trazer um pouco da realidade de crianças e adolescentes em situação de rua e na rua, na região central da cidade de São Paulo, que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016 continuava sendo o maior Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, respondendo por mais de 30% do total. Com uma população de mais de 12

milhões de habitantes, é ainda a cidade com mais oportunidades de trabalho e emprego do país.

3. POR QUE O CENTRO?

Segundo o censo demográfico de população em situação de rua de 2015, a região central de São Paulo, na Subprefeitura da Sé, ainda é a área com o maior número de pessoas vivendo em situação de rua da capital, conforme se observa na tabela 1.

Tabela 1 – Censo demográfico de pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, 2000 a 2015

 Distribuição espacial das pessoas em situação de rua pernoitando nas ruas, por Subprefeitura 					
Subprefeitura	Rua	%	Subprefeitura	Rua	%
Sé	3 864	52,7	São Mateus	64	0,9
Mooca	842	11,5	Vila Prudente	58	0,8
Lapa	409	5,6	Aricanduva/ Vila Formosa	56	0,8
Santana/ Tucuruvi	275	3,7	Casa Verde	55	0,7
Pinheiros	214	2,9	Butantã	53	0,7
Santo Amaro	199	2,7	Campo Limpo	40	0,5
Vila Mariana	146	2	Itaquera	37	0,5
Jabaquara	140	1,9	Pirituba/ Jaraguá	36	0,5
Vila Maria/ Vila Guilherme	121	1,6	Guaianases	29	0,4
Capela do Socorro	99	1,3	Sapopemba	29	0,4
Freguesia do Ó	99	1,3	Cidade Tiradentes	24	0,3
Ipiranga	96	1,3	Ermelino Matarazzo	18	0,2
Itaim Paulista	81	1,1	Cidade Ademar	15	0,2
São Miguel	75	1	M Boi Mirim	13	0,2
Penha	71	1	Perus	6	0,1
Jaçanã/ Tremembé	70	1	Parelheiros	1	0
Total			7 335 100		

Fonte: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 2015.

Não há na pesquisa um recorte detalhado sobre crianças e adolescentes, algo a se observar, tendo em vista que essa pesquisa é o documento oficial para todos os fins.

Na tabela abaixo, podemos fazer uma análise por faixa etária.

Tabela 2 – Distribuição de pessoas em situação de rua por faixa etária

Idade	Rua		Acolhidos		Total	
	N	%	N	%	N	%
Até 11	33	0,4	370	4,3	403	2,5%
12 a 17	54	0,7	48	0,6	102	0,6%
18 a 30	1.081	14,7	1.352	15,8	2.433	15,3%
31 a 49	2.362	32,2	3.461	40,4	5.823	36,6%
50 a 64	945	12,9	2.182	25,5	3.127	19,7%
65 ou mais	122	1,7	630	7,3	752	4,7%
Sem informação	2.738	37,3	527	6,1	3.265	20,5%
Total	7.335	100	8.570	100	15.905	100%

Fonte: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 2015.

Ainda segundo os dados da pesquisa, a maioria da população é do sexo masculino (82%), enquanto as mulheres representam 14,6% e não identificados 3,4%. Quanto à etnia, 72% são negros ou pardos.

Apesar de ter ocorrido, nos últimos anos, uma considerável descentralização do comércio e dos serviços e de existirem, nos bairros e municípios da região metropolitana, áreas comerciais pujantes e variadas, contando com bancos, hospitais e universidades, a região central da capital ainda é responsável por um grande fluxo de pessoas. Esse fluxo não é constituído apenas de moradores, mas de turistas, principalmente de negócios, aspecto que traz as oportunidades de desenvolver as diversas culturas de sobrevivência, como pedir dinheiro e alimentos e trabalhar no mercado informal. Essa região, apesar de todo o caos, ainda apresenta possibilidades não apresentadas nas áreas mais afastadas. Ali o fluxo de pessoas é constante, dia e noite. Enquanto nas áreas mais afastadas, o acesso ao lazer, à saúde e até a serviços básicos garantidos por lei é precário ou inexistente.

O banho de chafariz na Praça da Sé e nos lagos da República, a pelada nas quadras da Avenida Nove de Julho, a grandeza e a beleza das praças, do Vale do Anhangabaú, além das oportunidades acima mencionadas, são alguns elementos que reafirmam a disparidade entre o centro e a periferia em relação ao lazer e, conseqüentemente, também justificam esse fluxo. A presença de outros grupos já fixados no centro também colabora com a migração de grupos novos, que referenciam o centro como um lugar de possibilidades.

Para entender melhor essa dinâmica, contamos com a colaboração de instituições que atuam na região central, especificamente com crianças e adolescentes em situação de rua e na rua. Visitamos duas organizações: a Associação de Apoio às Meninas e Meninos da Região Sé e a Fundação Projeto Travessia. A primeira é uma instituição não governamental, situada na Rua Djalma Dutra, nº 70, no bairro da Luz. A Organização nasceu no início da década de 1990, mais precisamente em 1992. Segundo Everaldo Oliveira³, que é doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a associação surgiu de forma despretensiosa. Um grupo de pessoas, ligadas à Pastoral do Menor, saía às ruas do centro da capital para observar, entender e denunciar as violações contra meninas e meninos em situação de rua. Everaldo faz questão de lembrar que era 1992.

O Estatuto da Criança e do Adolescente acabara de ser promulgado (1990), e o estado conservador e racista já insistia em não reconhecer a lei voltada para a garantia de direitos de crianças e adolescentes. Durante a primeira visita à Associação de Apoio às Meninas e Meninos na Região Sé, conversamos também com a assistente social Claudia Arantes⁴ que trabalha ali há mais de vinte anos.

Ela relata que, em 1993, devido às inúmeras violações presenciadas pela turma da associação nas ruas (violência policial, que, além de agredir as meninas e meninos, impedia a equipe de realizar o trabalho de abordagem que visava desenvolver vínculos para entender melhor a história de vida daquelas pessoas e, assim, pensar em possibilidades de amenizar as mazelas) e porque ainda tinham que enfrentar a ira de comerciantes que não aceitavam a presença daquele grupo próximo aos seus estabelecimentos comerciais, pensaram em um lugar para acolher, ouvir e desenvolver um trabalho mais digno para a turma (já havia também uma resistência da população quanto à presença das meninas e meninos).

Everaldo informou que, em 1993, aquele grupo, que contava com padres, freiras e voluntários, contou com o apoio de Dom Evaristo Arns, o arcebispo da época, para ocupar duas casas que pertencem à igreja católica. localizadas na Rua Djalma Dutra, nos números 70 e 20, no bairro da Luz, centro da capital paulista. Essas casas passaram a ser locais de encontro entre os meninos e meninas e a turma da Associação, que assim passou a ser chamada, no mesmo ano, a partir da necessidade de regularizar juridicamente a instituição.

³ Depoimento concedido por Everaldo Oliveira em São Paulo, entre agosto e setembro de 2018.

⁴ Depoimento concedido por Claudia Arantes em São Paulo, entre agosto e setembro de 2018.

Na casa de número 20, a turma podia comparecer três vezes por semana, às terças, quartas e quintas. Ali tomavam banho, lavavam roupas, participavam de uma atividade pedagógica e almoçavam. A equipe da Associação contava com a presença de assistente social, pedagogo, educadores sociais e advogados. Esse encontro entre esses profissionais ficou conhecido como Oficina de Redução de Danos. Ali, segundo Everaldo, já não era nada fácil, tanto para tocarem a instituição, que contava com a colaboração de profissionais voluntários, como para manterem o espaço (alimento, água, luz, material pedagógico e tributos), já que ainda em 1993 a Associação passou a ter cadastro de pessoa jurídica. Sendo assim, passou a ter profissionais com registro em carteira, tudo conforme a consolidação das leis trabalhistas.

Em 1994, a Associação de Apoio à Criança e Adolescente passou a gerir o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Região Sé (CEDECA-SÉ). Este, como os demais CEDECAs, do Brasil foi criado para atuar de acordo com as teses do professor doutor Wanderlino Nogueira Neto, especialista em direitos de criança e adolescentes. Segundo NETO (2005), os CEDECAs devem ser instrumentos para que se combata toda e qualquer violação de Direitos Humanos de crianças e adolescentes e se cobre do Estado e da sociedade civil a validação do ECA. Atualmente, os centros de defesa fazem parte da Associação Nacional dos Centros de Defesa (ANCED), que, entre outros espaços, faz-se presente no Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CONANDA) e no Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Sobre a sustentabilidade da organização, Claudia Arantes conta que a Associação já desenvolveu parcerias com o poder público, através da) Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) já na década de 1990, período de implementação da lei 8.069, de 13 de julho de 1990, lei do ECA. Arantes relembra que nesta época os municípios eram obrigados a orientar a população sobre esse documento, bem como sobre sua importância para a infância e a juventude do nosso país. O CEDECA Sé contava com quatro advogados, três assistentes sociais, duas psicólogas na equipe técnica e seis educadores sociais para desenvolver o trabalho com as crianças e adolescentes, tanto na rua quanto nos espaços da Associação. Ela relata que até a gestão da Prefeita Marta Suplicy foi possível desenvolver uma parceria, mas a partir das gestões dos prefeitos Serra, Kassab e do governador Alkmin, não foi mais possível, pois esses governos, através de seus secretários e ideologias, passaram a não entender a importância dos CEDECAs, dificultando as ações e não reconhecendo o ECA, tanto que vários CEDECAs fecharam, como o CEDECA Belém, que

foi o primeiro da capital, o CEDECA Santana e o CEDECA Paulo Freire. Everaldo relata que, na gestão Kassab, chegaram a propor à Associação que atuasse em um programa de internação compulsória na região da Luz, conhecida como Cracolândia. A instituição de recusou, pois essa ação fere a missão da instituição e seus valores.

Atualmente a equipe da Associação conta com sete profissionais: uma Assistente Social, uma psicóloga que trabalha só três dias por semana, um pedagogo, um educador, uma auxiliar de serviços gerais, o coordenador Everaldo e uma advogada voluntária.

A Associação toca os projetos com apoio da iniciativa privada, recebe doações e realiza atividades como bazares e eventos a fim de angariar fundos para atender meninas e meninos em situação de rua, duas vezes por semana, e grupos fixos de crianças e adolescentes que moram no entorno, em pensões, cortiços e ocupações. Com os meninos e meninas em situação de rua, atualmente realiza duas atividades diretas. Uma é o plantão de rua, que consiste em uma ida à rua todas as segundas-feiras. Nos plantões, a equipe, além de conversar com crianças e adolescentes nestas condições, observa o cenário da rua, a ação da polícia e da guarda municipal, a população e o fluxo em geral, nos locais onde dormem.

A segunda atividade ocorre às terças-feiras, quando esse grupo comparece a uma das casas da Associação, por eles apelidada de Casa 20. Ali, os atendidos tomam banho, lavam roupas, almoçam e fazem uma atividade pedagógica, que pode ser de artes, sexualidade, cidadania e Direitos Humanos em geral. Essa atividade, segundo Everaldo, é um dos elementos cruciais para conhecer e entender cada menina, cada menino. Ele relata que em alguns casos leva muito tempo para saber algo sobre os participantes, uma vez que eles chegam às ruas vítimas de alguma violência, e isso faz com que confiar em alguém que ainda não se conhece seja bem difícil.

Claudia, que também faz a escuta das crianças e adolescentes no espaço, relata que não é fácil a abordagem, pois eles chegam muito machucados, desconfiados, na maioria das vezes mentem o nome, a idade, a origem, qualquer informação que permita acesso à família e ao local de onde vieram. Mas, com o passar do tempo, que pode variar muito de acordo com o comportamento da menina ou do menino e a forma como são recebidos e tratados (não os forçando a nada), tornam-se mais abertos e, conseqüentemente, falam mais das suas histórias. Assim é possível desenvolver um trabalho mais aprofundado e fazer alguns encaminhamentos, tais como uma visita domiciliar. Além de ir até a casa, à escola e ao território de origem, tenta-se entender melhor o contexto familiar, a relação com a escola, as

causas da fuga, a fim de se pensar, junto com a criança ou adolescente e suas famílias, possíveis rumos para a melhoria de vida. Segundo Everaldo, estas ações podem ser conhecer a família, pensar em alternativas possíveis como: acompanhamento, através de atendimentos com a equipe técnica, inserção em serviços de referência, como saúde, conselho tutelar e outras organizações que possam ajudar a amenizar os conflitos existentes antes de pensar na institucionalização.

A outra instituição que forneceu informação sobre o trabalho com crianças e adolescentes em situação de rua, na região central de São Paulo, foi o Projeto Fundação Travessia. Localizado na Rua Líbero Badaró, nº 471, 19º andar. Trata-se de uma organização criada em 20 de dezembro de 1995, que atua na garantia de direitos de crianças no centro de São Paulo.

O projeto Travessia atua com o trabalho de abordagem, vinculação e redução de danos através de oficinas temáticas no próprio espaço da rua. Através dessas ações, busca conhecer a menina e o menino e chegar até suas famílias e seus territórios de origem. Também realiza um trabalho de acompanhamento institucional, seja em Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICAS) ou na Fundação Casa, prestando suporte aos adolescentes que estejam nessas instituições.

Conversamos com a assistente social Tânia Lima e com a educadora Daniele Palini para entender um pouco da dinâmica dessa instituição. Atualmente a organização conta com o apoio do sindicato dos bancários para custear o projeto. Tânia⁵ informou que a organização já foi conveniada à Secretaria da Assistência Social do município e que está aguardando a liberação de um novo projeto já aprovado para retornar à parceria com o município. O trabalho com crianças e adolescente em situação de rua, além das atividades acima mencionadas, é de atuação política, participando de fóruns e de reuniões da rede responsável por políticas públicas de crianças e adolescentes, como Conselho Municipal, Fórum da Criança e Adolescente da Sé, Fórum de Saúde Mental, Projetos Integrados do Vale do Anhangabaú, entre outros.

A assistente social nos informou que a relação com o Estado, principalmente com a SMADS, na maioria das vezes não é tranquila e, conseqüentemente, também não é com as instituições que trabalham com crianças e adolescentes em situação de rua conveniadas a essa secretaria. Essas organizações seguem à risca as orientações que, segundo Tânia nem sempre

⁵ Depoimento concedido por Tânia em São Paulo, em outubro de 2018.

vão ao encontro a uma política humanizada, baseada no ECA. Tânia cita o despreparo de profissionais que atuam com esse público, o que implica, de certa forma, violação, quando de fato o profissional não sabe reconhecer os direitos garantidos pelo ECA e acaba pondo em prática valores que acredita serem funcionais na relação serviço/cliente, como religião, questões relacionadas à sexualidade, entre outros.

Daniele pontuou que a rotatividade desses funcionários e dessas instituições também é um complicador, uma vez que o vínculo com a menina e o menino nem sempre acontece no tempo desejado. Outro fator citado pelas técnicas da Fundação Travessia que dificulta o trabalho das instituições é a metodologia exigida pela secretaria. Para a prestação de contas, as instituições trabalham com metas, que envolvem simplesmente tirar a(o) menina(o) da rua e registrar esses feitos em uma planilha. Por fim perguntei para as técnicas qual é, então, a relação da Travessia com a rede e com os órgãos que executam políticas públicas com crianças e adolescentes em situação de rua. Tânia respondeu que é uma relação politicamente correta, afinal precisam dialogar com essas organizações, uma vez que atendem o mesmo público. Segundo a técnica, uma demanda que vem enfrentando junto ao poder público é referente à política pública. Não há um espaço de convivência e acolhida gerido pelo município. O último que existiu funcionava na Praça Júlio Prestes, chamava-se Espaço de Convivência Moinho. Foi fechado em 2014 com promessa de implementação de outro similar, mas até os dias atuais nada foi feito.

O serviço existente no momento é o Serviço de Abordagem Social (SEAS), que, como a sigla mesmo diz, é somente abordagem. Sobre a falta de um espaço de convivência, Tânia relatou que, em 2015, organizações como Travessia, CEDECA Sé, Pixote e entidades conveniadas foram convocadas para participar de um grupo de trabalho para pensar em políticas públicas para crianças e adolescentes. Entre as propostas estava a criação de um espaço de convivência. Essas propostas foram pensadas em mais de um ano de encontros semanais na Câmara Municipal de Vereadores, organizados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Até o momento, tudo que foi pensado, elaborado e sistematizado, inclusive em audiência pública, não saiu do papel.

4 FALA MENINA, FALA MENINO

Além de conhecer os espaços e as equipes das duas organizações, participamos de atividades por elas propostas e reuniões de estudo de casos, para entender melhor a dinâmica dos serviços. Com a equipe do Projeto Fundação Travessia, realizamos três idas à rua. Junto com a educadora social Danielle, passamos por vários pontos de concentração de meninas e meninos. Mas foi na Rua Anchieta, próximo ao Pátio do Colégio, que conseguimos conversar com um grupo de 18 crianças e adolescentes. A maioria meninos negros. Alguns abertos ao diálogo, outros nem tanto. Os que se aproximaram chamaram a educadora de tia Dani, cumprimentavam com beijo no rosto, tocavam na mão ou apenas falavam um “oi”, “beleza” e saudações do gênero. A educadora perguntava como estavam as coisas. Os mais vinculados e com assuntos a tratar se comunicavam mais intensamente. A grande maioria estava com garrafinhas na mão, inalando tiner. Outros, na porta dos restaurantes, pediam comida ou algo para beber.

Daniele levou uma lona, com jogos, quebra-cabeças, lápis de cor, papel e um pandeiro. Seis jovens sentaram e começaram a atividade. Em seguida chegou uma equipe de seis agentes de abordagem. Era a equipe do Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPS I), estes conveniados pela Prefeitura do Município. Ali estavam para levar uma adolescente que estava grávida de seis meses para realizar exames. Sobre a presença do CAPS naquele território, podemos observar o quanto uma ação da saúde pode fazer diferença. Percebemos uma equipe vinculada, preparada e com um cuidado especial na relação com os jovens. Essa ação do CAPS Infantil, quanto à metodologia ali aplicada, vai de acordo com as propostas de Medeiros (1998):

O enfermeiro, em qualquer lugar que esteja trabalhando, pode deparar-se com um menino ou menina necessitando de cuidados e, conhecendo este grupo em suas características mais específicas, terá condições de abordar a criança ou o adolescente em situação de rua de uma maneira mais livre de ideias pré-concebidas. (MEDEIROS, 1998: p. 21)

O trabalho do CAPS não estava no roteiro desta pesquisa, mas, ainda assim, tendo em vista o que presenciamos e percebemos daquele momento, acreditamos ser importante destacar aqui o quanto as diversas áreas do conhecimento, além das humanas e sociais, podem sim fazer a diferença.

Conseguimos conversar com a adolescente grávida⁶. Ela relatou que o pai da sua filha é um jovem da comunidade onde ela morava. Disse que manteve um relacionamento de seis

⁶ Depoimento concedido por adolescente anônima (I) em São Paulo, em outubro de 2018.

meses. Ele trabalha para o tráfico e, quando soube da gravidez, disse que não iria assumir a paternidade. Sua mãe também não aceitou a gravidez, pois tem seis filhos para sustentar, e sugeriu que ela abortasse. Ela ficou com raiva, saiu de casa e está na rua há quatro meses. A jovem afirmou que está sendo acompanhada pelo CAPS desde a segunda semana após chegar à rua. Perguntada sobre como chegou à rua e quem referenciou, ela respondeu que sua mãe, sempre falava do centro e afirmou já ter vivido em situação de rua. Ela contou que, quando chegou ao centro, foi direto para a Praça da Sé. Como já tinha vivência de rua no bairro de São Mateus, não foi difícil a adaptação. Questionada sobre o futuro, o que pretendia fazer quando a criança nascesse, ela pensou e disse que ainda não sabia. Segundo a funcionária do CAPS, a jovem faz uso intenso de Tiner e maconha e nem sempre responde aos encaminhamentos propostos por aquele serviço. A funcionária afirmou que a mesma já fora encaminhada para a residência terapêutica do CAPS, mas evadiu-se três dias depois.

Daniele conversou com o pessoal do CAPS e encerrou a atividade uma hora depois. Naquele momento apenas três meninos e uma menina estavam na lona. Entre os desenhos, corações, flores e um gato. O gato foi desenhado por um menino de 12 anos. Ele⁷ informou que era um animalzinho que ele resgatou no Vale do Anhangabaú, estava com ele fazia três semanas e um carro da Guarda Civil atropelou.

No CEDECA Sé participamos de três encontros no espaço Casa 20, três plantões de rua e uma reunião de estudo de casos. Na primeira atividade, foi possível conversar com alguns adolescentes, saber um pouco das suas origens, suas histórias seus sonhos. Nas oportunidades compareceram ao espaço 24 adolescentes, sendo apenas três meninas. As três haviam acabado de evadir-se de um SAICA. Das jovens, apenas uma, de 12 anos⁸, quis falar. Ela disse que morava com a mãe e mais três irmãos no bairro da Favela do Moinho. Sua mãe está presa por tráfico de drogas, o pai ela disse que morreu quando ela ainda tinha seis anos de idade. Quando sua mãe foi apreendida, ela e os irmãos, todos mais novos, foram morar com a avó em Ferraz de Vasconcelos, mas que a avó não tinha dinheiro para comprar comida, roupa, nada, e ainda batia muito nela e nos irmãos. Segundo a garota, alguém denunciou a avó para o conselho tutelar. Uma assistente social foi até a casa da avó e levou-a, junto com os irmãos, para o abrigo. A menina disse que ficou ali por mais ou menos um ano e que lá era muito chato. “As tias eram crentes e queriam que eu fosse crente também, não deixava ouvir funk,

⁷ Depoimento concedido por um adolescente anônimo (II), em outubro de 2018.

⁸ Depoimento concedido por adolescente anônima (III) no Espaço Casa 20, em outubro de 2018.

nem usar roupas curtas. Daí uma menina que ficava no Vale, e veio pra cá [ao SAICA] me chamou para ir ao baile, eu fui, de lá viemos para o centro e estou aqui.” Perguntada se iria voltar ao SAICA, ela disse que sim, mas só por causa dos irmãos. Inclusive o mais novo já foi adotado por uma família da Suíça, agora só tem ela e outras duas meninas. Quanto à postura dos abrigos, Medeiros (1998) faz uma valiosa observação:

Não possuem a estrutura necessária para alojamento e recuperação da criança e do adolescente que saiu da rua seja por opção ou por algum tipo de encaminhamento, isto é, a rua continua sendo mais atrativa que o ambiente dito “familiar”. Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente estabeleça a necessidade de trabalhos educativos na recuperação da criança e do adolescente em situação de risco, é evidente a falta de apoio governamental no sentido de prover os abrigos de recursos adequados para atender aos internos.

Enquanto conversava com a menina, a assistente social Claudia fazia contato com o SAICA (Serviço de Acolhimento Institucional de Criança e Adolescente) para saber mais sobre a situação dela junto à instituição. Segundo Claudia a técnica do abrigo disse que só uma adolescente poderia retornar, uma vez que foi abrigada por ordem judicial. Mas que a outra, que a levou para o baile, só retornaria se fosse via conselho tutelar. Segundo Claudia a técnica do SAICA disse que a jovem era bastante obediente, ia à igreja, andava na linha. Foi essa outra chegar, que levou a menina para o mau caminho. Claudia comprometeu-se a levar a garota de volta ao SAICA, e assim o fez.

Ainda na Casa 20, conversei com Wanderson⁹, um jovem de 18 anos que aceitou conversar conosco. Perguntei de onde era, há quanto tempo estava na rua e os motivos que o trouxeram. Ele respondeu que era de Guaianazes, na Zona Leste da capital, e estava na rua desde os dez anos de idade, entre idas, vindas e internações. Chegou ao centro por intermédio do irmão mais velho, para vender bala no farol. No início dormia no terminal de ônibus do Parque Dom Pedro, mas, como os guardas começaram a expulsar, passou para a Praça da Sé.

Questionado sobre como fazia para comer, tomar banho, dormir, ele respondeu que come todos os dias, que no centro as pessoas são mais legais, fica na porta de restaurantes, lanchonetes, e que é tranquilo. Segundo ele, comida não falta. “Tomar banho?” Wanderson disse que usa o banheiro da estação de metrô da Sé. Lava o essencial, mas banho mesmo, de chuveiro, só no CEDECA, uma vez por semana. Para dormir, ele e um grupo vão para a Avenida 23 de Maio ou para a Nove de Julho, embaixo dos viadutos, dependendo de como a polícia está naquele dia e naqueles locais. Perguntei por que não dorme ali, na Rua Anchieta,

⁹ Depoimento concedido por Wanderson em São Paulo, em outubro de 2018.

no entorno do Pátio do Colégio. Ele disse que, à noite, o carro pipa e a Guarda Civil Metropolitana jogam água e recolhem os cobertores e tudo o que a eles pertencer. Por fim, perguntei ao jovem por que, diante de tanta dificuldade, ele ainda permanece nas ruas. “De vez em quando vou na minha casa, mas lá é complicado. Minha mãe está presa, meu irmão mais velho também e o caras da biqueira quer me pegar para pagar a dívida da minha mãe e do meu irmão. Minha irmã caçula pediu para eu não ir mais lá.” “Sobre o futuro, já fez dezoito anos?”, pergunto. “Estou cumprindo LA [Liberdade Assistida], acabo em janeiro. A tia Claudia já me levou para fazer documentos, vou procurar um trabalho.” Ao final da conversa, observamos que o jovem de 18 anos era referência para os mais novos que estavam naquele espaço. Percebemos em Wanderson, além dessa liderança, que o cuidado, o afeto, eram mútuos. Um emprestava roupa para o outro, ajudava a pentear o cabelo, socializava o desodorante e o hidratante. A atividade terminou. Everaldo perguntou se alguém gostaria de ir para um abrigo (SAICA), já que estava chovendo muito e frio. Ninguém manifestou o desejo, despediram-se da equipe e seguiram.

Durante os encontros com as pessoas das instituições e as atividades realizadas, observamos que os dados estatísticos se confirmaram na prática. De todas as conversas que tivemos para saber os reais motivos dessa saída de casa para a região central, a violência foi o motivo mais trazido. A falta de políticas públicas (ou a ineficácia das existentes em seus territórios de origem) obriga a saírem de casa meninas e meninos de maioria negra ou afrodescendentes, filhos e filhas de mulheres que não têm o apoio dos pais nem o reconhecimento da paternidade. Medeiros (1998) utiliza o pensamento de Becker, que afirma o seguinte:

[...] a imensa maioria das crianças pobres, mesmo as que estão nas ruas ou recolhidas a abrigos, possuem vínculos familiares. Os motivos que as levam a esta situação de risco não são, na maioria das vezes, a rejeição ou a negligência por parte dos seus pais, e sim as alternativas, às vezes desesperadas, de sobrevivência. (BECKER. In MEDEIROS, 1997, p. 63).

Wanderson tem vínculo com sua família, mas a condição a eles imposta o faz estar nesta situação, que lhe reservou um cenário de luta pela sobrevivência. De modo que, para perceber este laço, é necessário um cuidado muito grande, é preciso estar disposto a aguardar o tempo, a amenização das dores, e, assim, como consequência, sentir a chegada da confiança e ter acesso a esse sentimento. Por fim, perguntamos ao grupo que estava no CEDECA o que eles achavam da atuação das instituições. Um menino de 16, anos, transgênero, que não havia falado nada durante a atividade, resolveu se pronunciar. Afirmou que ali (Casa 20) é o lugar

que ele se sente seguro e acolhido, uma vez que o tratam como ele gosta de ser tratado. Relatou que certa vez foi num projeto e as tias não queriam deixá-lo usar cueca, que ali tinha que ser como eles, do projeto, querem, e não como o jovem desejava.

Assim devem atuar as instituições que trabalham com criança e adolescente em situação de rua. Assim devem se portar a escola, a saúde, a cultura. Afinal, a cidadania é um Direito Humano, adquirido por Lei, desde 1948, quando foi promulgada a Declaração Universal. Percebemos que tanto o trabalho da Associação de Apoio quanto o da Fundação Travessia deve ser observado e seguido de perto por outras do mesmo segmento. Além da expertise, dispõem de um material humano considerável. A metodologia por ambas desenvolvidas não resolve os inúmeros problemas acerca desse público, mas faz diferença.

Durante nossas visitas, conversas e participação nas atividades do CEDECA Sé e do Projeto Fundação Travessia, foi possível reafirmar o pensamento de Graciani (1997) sobre a importância da Educação Social na vida de crianças e adolescentes em situação de rua e na rua. Segundo a autora, os dados retratados pelas crianças e jovens para representar suas histórias de vida permitiram que se distinguisse sua origem, as condições de vida de suas famílias, as formas de sobrevivência nas ruas e as expectativas de futuro, elementos que orientam o percurso do seu modo de vida. Esses dados devem ser confrontados com a prática educativa dos educadores sociais de rua, que, ao longo desses anos, vêm definindo e delineando uma pedagogia alternativa diante dos desafios encontrados no embate pedagógico da práxis educativa popular com esse contingente marginalizado urbano

Portanto, compreendemos a Educação Social como essencial à sobrevivência de crianças e adolescentes em situação de rua. Vimos, nesta proposta, elaborada e mantida por organizações não governamentais, uma relação não vista comumente nas escolas convencionais. Educadores preocupados com a história de vida, em conhecer e entender a família, o território e demais questões que contribuem para a realização. Essas instituições trabalham em rede para garantir minimamente os direitos humanos de crianças e adolescentes por meio da Educação Social, que abraça, que acolhe e não discrimina, e isso deveria ser um modelo a ser olhado com muito carinho para, quem sabe, ser adotado por outras instituições, inclusive as governamentais.

5. DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA À VIOLÊNCIA URBANA

Sair de casa, como já pontuamos aqui, significa fugir de algum tipo de violência. A rua perece a alternativa. Esta decisão pode ser considerada como libertação, fuga.

É muito comum a uma criança, quando a mãe ameaça que vai repreendê-la por ter aprontado alguma coisa, que ela simplesmente saia correndo e fique na rua até a hora que ela acredita que a genitora tenha esquecido do que ela aprontou. A criança então volta para casa, com a cara de quem nada fez. A rua sempre foi uma fuga, uma alternativa para tentar driblar a violência. Nesse caso, aqui, umas palmadas. Imaginemos as diversas formas já citadas aqui.

Percebemos, através de conversas com meninas e meninos e com profissionais dos serviços visitados, que a grande maioria dos que saem de casa para viver nas ruas tem a expectativa de se livrar de vez das violações, acreditando que a rua será o seu porto seguro. Analisemos o pensamento de Medeiros (1998), que escreve:

Assim, crianças e adolescentes procuram as rua para viver na esperança de escapar da violência domestica de que muitas vezes são vitimas. No entanto, ali não escapam da violência urbana, da exploração no mercado informal de trabalho, do extermínio de crianças, prostituição de meninas e meninos, do problema da AIDS e sua crescente disseminação e do uso de drogas como o “crack”, maconha, cocaína entre outras. (MEDEIROS.1998: p. 36).

Portanto, ser criança no Brasil é estar exposta a perigos constantes, seja no seu território de origem, seja na rua. Em uma roda de conversa, realizada no CEDECA - Sé, fizemos a seguinte pergunta: Qual é o maior problema enfrentado para sobreviver nas ruas? Foi unânime a resposta: a polícia. A polícia que agride, que planta provas, que mata, que discrimina o tempo todo. Afirmou a adolescente de 16 anos, que teve no ano de 2015 uma irmã de nome Anália, de 13 anos, assassinada na região central. Segundo a irmã, testemunhas afirmaram que Anália tentou escapar de um homem que tentava estuprá-la, caiu de uma escada e ficou mais de duas horas aguardando socorro. Chegou à Santa Casa de Misericórdia sem vida. Causa da morte: traumatismo craniano.

Assim como Anália, foram registradas 11 mortes de crianças e adolescentes em situação de rua na região central entre os anos de 2014 a 2016. Essas informações foram obtidas através do coletivo PIVALE – Projetos Integrados do Vale do Anhangabaú, formado por membros dos serviços de abordagem e atendimento a crianças e adolescentes (CEDECA Sé, Fundação Projeto Travessia, Projeto Quixote e CAPS Infantil da Sé). Esse coletivo criou um movimento denominado Ato Pela Visibilidade de Vidas e Mortes de Crianças e Adolescentes da Região Sé.

Os membros do coletivo sistematizaram todas as mortes, notificaram órgãos competentes como Defensoria Pública, Conselho Tutelar, Ministério Público entre outros. Criaram um documento que denunciava as mortes e protocolaram nos serviços citados. Organizaram duas passeatas pelas ruas do centro, em 2015 e 2016. Contaram com a participação dos meninos e meninas que confeccionaram cartazes e escreveram frases de protesto e dor pela perda dos amigos e parentes. Segundo os organizadores, esse ato contou também com a participação de órgãos da imprensa, como a TVT, que abriu espaço para a divulgação do ato, mas para também denunciar o que se pode considerar um genocídio.

Dos 11 mortos, sete meninos e quatro meninas, dez eram negros. Um deles foi enterrado como indigente. Os serviços que compõem o Ato, não tiveram acesso aos laudos de todas as mortes, mas consideram que essas meninas e meninos morreram por descaso do estado sim! Pela falta de políticas públicas eficazes que abranjam o atendimento psicossocial às famílias, a saúde de qualidade e humanizada, uma escola que realize o trabalho de acordo com a LDB e o ECA e a segurança, seja no território de origem, seja na situação de rua.

Observamos aqui que o fato de 11 mortes em dois anos, no mesmo território, com uma visibilidade dos meios de comunicação, televisão, jornais e afins como é a região central, não ter recebido uma ampla divulgação confirma a teoria do descaso com a vida dessas meninas e meninos de pele preta, de traços por muitos considerados *grossos*. Crianças que recebem os adjetivos mais preconceituosos e racistas possíveis; que só aparecem nos noticiários quando cometem um ato infracional, como no caso Champinha, que assassinou um casal em novembro de 2003 e se tornou na época o bandido mais perigoso do país. Até hoje tem muita gente, políticos, jornalistas, entre outros, pedindo a morte do rapaz, que cumpre pena até os dias atuais.

Que Champinha tem que pagar pelo ato que cometeu é fato. Mas quem vai pagar pelas 11 mortes aqui citadas? E por outras tantas ocorridas nas entranhas do Brasil. Seria talvez sensato que o jovem que matou uma criança com o jet ski na praia de Guaratuba, em Bertioga, no litoral paulista, tivesse um tratamento condizente com seu ato. No entanto, esse jovem, que é branco e tem poder aquisitivo considerável, cumpre medida em casa, pois tem um advogado para defendê-lo. Não ouvimos, em nenhum momento, jornais, revistas e emissoras de televisão referirem-se a esse jovem como bandido, trombadinha, noia, ao contrário do Champinha.

Quando analisamos os casos citados e a postura do Estado brasileiro desde os primórdios, ainda que de forma breve é justamente para provocar uma reflexão sobre essa cultura de sobrevivência, de meninas e meninos em situação de rua no centro da capital paulista, lugar onde se desenvolvem vínculos afetivos, como os da chamada família de rua, com pai, mãe, irmão de rua. Família que, pelo que pudemos observar, tem as confusões de uma família como outra qualquer, mas acima de tudo se protegem, se cuidam. “A treita que é de um é de geral!” Disse um menino de 16 anos, que estava machucado por defender outro, mais novo, de um comerciante agressor. Dividir a comida, o cobertor, a droga, as roupas, deve ser visto como um gesto de amor, amor que brota num solo árido, seco, mas que é fertilizado com nutrientes que essas meninas e meninos produzem e que a maioria da sociedade não consegue enxergar.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a produção deste trabalho, pudemos perceber o quanto a colonização do Brasil, sua política de distribuição de terras, a escravidão do povo africano, a miscigenação forçada, a roda dos excluídos e outras tantas barbáries cometidas pelo estado Brasileiro acabam fomentando a *rualização*: a saída de meninas e meninos das suas casas, de seus territórios, para tentar sobreviver nas ruas. Crianças que têm suas infâncias interrompidas pelos diversos tipos de violência aqui mencionados.

Pretendemos, com este trabalho, promover uma reflexão sobre os motivos que levam meninas e meninos a viver nas ruas, cercados de violência e de todos os perigos ali expostos que podem a qualquer momento interromper suas vidas, seja como vítimas da violência institucional seja pelo uso de drogas.

A convivência com meninas e meninos em situação de rua e na rua, me permitiu enxergar mais profundamente as marcas da colonização do Brasil por povos europeus, bem como entender como esse processo caminha junto, alimenta e reforça o que Graciani chama de *rualização*. Pude enxergar, nas ruas agora revestidas de concreto e asfalto a criança deixada na roda dos enjeitados ou excluídos desde os século XVI, cujos motivos desse abandono se perpetuam nas meninas e meninos do século XXI. Foi possível confirmar que este grupo tem cor, tem traços. Ficou bem explicado que são de fato “filhos da mãe”. Da mãe preta

abandonada pelo pai da filha ou filho e que tem que trabalhar para sustentar a família, educar, cuidar da saúde, da segurança e se algo der errado, ser responsabilizada, julgada e condenada.

Fato é, que apesar de existir leis que foram criadas ao longo dos séculos para diminuir as diferenças sociais, elas só aumentam e contribuem para a cultura da realização. Realização para comer, para o lazer, para o prazer, para sobreviver e para aprender . E infelizmente, realização para morrer. Situações que poderiam ser evitadas se o estado brasileiro não fosse ainda à base da sua colonização, onde uma parcela pequena é detentora de privilégios hereditários e a outra formada pela maioria esmagadora da população e composta por pessoas descendentes de mulheres e homens que foram escravizados ao longo dos séculos e lutam por sua dignidade e cidadania.

REFERÊNCIAS

- ANÔNIMA. **Depoimento V.** [set. 2018]. Entrevistador: A. França. São Paulo, 2018. Registro manuscrito.
- ANÔNIMA. **Depoimento VII.** [set. 2018]. Entrevistador: A. França. São Paulo, 2018. Registro manuscrito.
- ANÔNIMO. **Depoimento VI.** [set. 2018]. Entrevistador: A. França. São Paulo, 2018. Registro manuscrito.
- ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **Filosofia da Educação.** São Paulo: Editora Moderna, 2006.
- ARANTES, Claudia. **Depoimento II.** [out. 2018]. A. França. São Paulo, 2018. Registro manuscrito.
- BECKER, M. J. A. A Ruptura dos Vínculos. Quando a tragédia acontece. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira: a base de tudo.** Cortez; UNICEF. São Paulo; Brasília. 1997.
- COTRIM, Gilberto. **História geral e do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2008.
- DANIELE. **Depoimento IV.** [out. 2018]. Entrevistador: A. França. São Paulo, 2018. Registro manuscrito.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. Senso de população de rua da cidade de São Paulo, 2000 a 2015. Disponível em: <www.fipe.org.br>. Acesso em 7 nov. 2018.
- GRACIANI, Maria Stela Santos. **Pedagogia Social de Rua: análise e sistematização de uma experiência vivida.** Editora Cortez: Instituto Paulo Freire, 1997.
- MEDEIROS, Marcelo. **Olhando a lua pelo mundo da rua: representações sociais da experiência devida de meninos em situação de rua.** Ribeirão Preto, 1999. (Tese de Doutorado), Faculdade de Enfermagem, Universidade de São Paulo, Ribeirão, 1999.
- NOGUEIRA NETO, Wanderlino. Nogueira. Por um sistema de promoção e proteção dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes. In **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 83, ano 26, set. 2005.
- OLIVEIRA, Everaldo. **Depoimento I.** [set. 2018]. Entrevistador: A. França. São Paulo, 2018. Registro manuscrito.
- OLIVEIRA, Everaldo. **“Por sua culpa, sua tão grande culpa”:** um estudo sobre o processo de naturalização, responsabilização e culpabilização das mães dos meninos e meninas em situação de rua São Paulo, 2015. (Tese de Doutorado em Serviço Social), Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, 2015.

RIZZINII; RIZZINI. **“Menores” institucionalizados e meninos de rua**: os grandes temas de pesquisas na década de 80. São Paulo: Editora Cortez,.1992.

TÂNIA. **Depoimento III**. [out. 2018]. Entrevistador: A. França. São Paulo, 2018. Registro manuscrito.

WANDERSON. **Depoimento VIII**. [out. 2018]. Entrevistador: A. França. São Paulo, 2018. Registro manuscrito.